

Licções de Economia - Brasil

JORNAL DO BRASIL 14 JAN 1993

A experiência de 13 anos, em dois períodos, na condição de czar da economia, faz do deputado Delfim Netto (PDS-SP) uma voz a ser ouvida. Ele acaba sugerir ao presidente Itamar Franco que use as reservas cambiais na modernização da infra-estrutura do país.

O Brasil fechou 1992 com reservas cambiais recordes de US\$ 22 bilhões. Com a abertura da economia e a redução das barreiras tarifárias às importações, tornam-se convenientes reservas para três a quatro meses de importações. Descontando os compromissos do acordo da dívida externa, haveria uma sobra técnica de US\$ 4 bilhões.

Estava difícil levantar no exterior recursos para reparar as estradas e modernizar os corredores de exportação, as telecomunicações e outras áreas que continuam sob iniciativa do Estado. A reabertura dos créditos internacionais ao Brasil continua dependendo do bom termo das negociações com o FMI, agora retomadas.

O governo Itamar Franco mantém o propósito de sanear as finanças públicas (um dos compromissos com o FMI), mas não abdica do dever de tomar iniciativas imediatas para reduzir o atraso econômico e social dos últimos três anos, quando a renda *per capita* encolheu 10%.

O uso das reservas poderia financiar tais obras sem deixar o país vulnerável na frente cambial. Uma das vantagens é que a queima das reservas corresponderia a uma contração monetária — se os US\$ 4 bilhões fossem obtidos através de empréstimos, haveria expansão cor-

respondente. Usar as reservas, portanto, é uma forma não inflacionária de financiar o aumento dos gastos do Estado em infra-estrutura.

Depois da inépcia do governo Sarney e da paralisação de iniciativas construtivas no governo Collor, a infra-estrutura do país se deteriorou. Isso agrava o efeito da recessão e reduz o ânimo do setor privado (nacional e estrangeiro) de investir. Os empresários temem pelo estrangulamento da infra-estrutura nacional nos transportes, nas instalações portuárias e nas telecomunicações.

Ao detonar seus investimentos, o governo sinalizaria com clareza os rumos da economia. O deputado Delfim Netto, no entanto, deve ter alertado o presidente da República para a necessidade da aplicação criteriosa das reservas em projetos de rápido efeito multiplicador ou garantido retorno macroeconômico. Quando voltou a comandar a economia, no governo Figueiredo, o ministro Delfim Netto enfrentou, na crise da dívida de 1982, a angústia das reservas se esgotarem sem poder estancar a sangria cambial. A atual equipe econômica relutou na opção pelo uso das reservas, temendo que, sem garantir antes o ajuste fiscal, o Brasil poderia dilapidar um patrimônio de garantia futura.

O presidente da República tem procurado converter as lideranças políticas em favor do entendimento prévio em torno do ajuste fiscal e da governabilidade, como ponto de partida para medidas de retomada de investimentos e de emprego, com a recuperação do quadro econômico-social. O deputado Delfim Netto tem também a oportunidade de influir no Congresso para aprovar o ajuste fiscal.